

Ofício nº 004/2021 – FONAPRACE

Goiânia, 18 de março de 2021.

Senhora Coordenadora-Geral de Relações Estudantis e Serviços Digitais,

A Coordenação Nacional do Fórum de Pró-reitores de Assuntos Estudantis da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior - Fonaprace/Andifes, solicita ações dessa Coordenação-Geral de Relações Estudantis e Serviços Digitais - CGRE/MEC no sentido de agilizar ainda no decorrer desse semestre letivo a abertura de inscrições ao Programa Bolsa Permanência MEC/BPM. Conforme reunião entre essa Coordenação e a Coordenação Nacional do Fonaprace no último dia 08 de fevereiro de 2021, onde esclarecemos diversos pontos com foco na necessidade de permanência dos estudantes beneficiados por esse BPM e ainda informamos conforme amostra do Fonaprace Nacional, temos a necessidade de 6.000 (seis mil) novas bolsas BPM.

Chamamos atenção principalmente para a situação atual desses 6.000 estudantes que ainda não participam do BPM, lembrando a essa Coordenação que durante o ano passado (2020), não houve nenhuma abertura de inscrições ao referido Programa e que agravando a isso, ainda estamos vivendo esse contexto da pandemia de Covid-19. Onde as desigualdades sociais ficaram totalmente claras, onde as piores vítimas da pandemia são, inevitavelmente, os trabalhadores temporários e mal pagos, aqueles que vivem da informalidade, e no caso do ensino superior os estudantes em vulnerabilidade social, somos sabedores que esses estudantes vivem nas áreas mais precárias das grandes cidades brasileiras. Nestes locais as condições de habitação e infraestruturas são precárias, falta de equipamentos urbanos e serviços básicos. Assim esta dimensão subjetiva do quotidiano das famílias trabalhadoras agrava o quadro de pobreza, que não pode ser medido apenas por estatísticas.

Nesse contexto o Programa Permanência MEC é um auxílio financeiro importantíssimo para os estudantes indígenas e quilombolas das Instituições Federais de Ensino Superior/IFES em situação de vulnerabilidade socioeconômica. O BPM é de total relevância para os estudantes se manterem e permanecerem na universidade. Eles moram distante, em comunidades quilombolas ou em aldeias, temos convicção de que essas comunidades entendem a importância da universidade para o fortalecimento da defesa dos direitos dos povos indígenas e quilombolas através da educação.

De acordo com o levantamento da Andifes, o número de estudantes indígenas que vivem em aldeias duplicou entre 2014 e 2018, passando a representar 0,4% dos estudantes das universidades federais, totalizando 4.672. Os indígenas não aldeados são 6.064, o equivalente a 0,5% dos estudantes. Os estudantes negros quilombolas passaram de 0,5% dos estudantes nas universidades federais em 2014 para 0,9% em 2018, chegando a um total de 10.747 estudantes.

Desta forma, solicitamos abertura de inscrições a esse valioso instrumento de inclusão social fortalecendo a permanência e conclusão do ensino superior desse grupo de estudantes indígenas e quilombolas.

Atenciosamente,

Maísa Miralva da Silva

Coordenadora Nacional do Fonaprace